



Concurso Público para provimento de vagas de

**Analista Ministerial
Área Direito**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.





CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto abaixo.

Quando, em 1890, Vincent van Gogh (1853-1890) se dispôs a pintar uma noite estrelada e se pôs diante da tela em branco, nada ali indicava por onde começar. Mas acordara, naquele dia, decidido a inventar uma noite delirantemente estrelada, como imaginava frequentemente e não se atrevia a fazê-lo não se sabe se por temer errar a mão e pôr a perder o sonho ou se porque preferia guardá-lo como uma possibilidade encantadora, uma esperança que o mantinha vivo.

Aliás, já tentara antes expressar na tela seu fascínio pelo céu estrelado. Um ano antes, pintara duas telas em que fixava a beleza do céu noturno – uma dessas telas mostra a entrada de um café com mesas na calçada e, ao fundo, no alto, o céu negro pontado de estrelas; a outra tela é uma paisagem campestre sob as estrelas. Mas eram como ensaios, tentativas de aproximação do tema que continuava a exigir dele a expressão plena, ou melhor, extrema, como era próprio de sua personalidade apaixonada.

Vincent van Gogh era uma personalidade difícil de explicar, mas um pintor genial ele foi, sem dúvida. E uma de suas obras-primas é, certamente, aquela "Noite Estrelada" de 1889.

Imagino o momento em que se dispôs a pintá-la: tem diante de si a tela em branco e pode ser que esteja ao ar livre em plena noite. Mas a noite real é pouca. A noite que deseja pintar é outra, mais bela e mais feérica que a real. Por isso, a tela em branco é um abismo. Um abismo de possibilidades infinitas, já que a noite que gostaria de pintar não existe, mas deveria existir, pois o seu sonho a deseja.

Como começar a pintá-la, se ela não existe? Diante da tela em branco, tudo é possível e, por isso mesmo, nada é possível, a menos que se atreva a começá-la. E assim, num impulso, lança a primeira pincelada que, embora imprevista, reduz a probabilidade infinita do vazio e dá começo à obra.

E assim foi que a sucessão de pinceladas, de linhas e cores, aos poucos definiu uma paisagem noturna que era mais céu que terra: um pinheiro que liga o chão ao céu e, lá adiante, a pequena vila sobre a qual uma avassaladora tormenta cósmica se estende, como se assistíssemos ao nascer do Universo.

(Adaptado de Ferreira Gullar. **Folha de S. Paulo**, 17/06/12)

1. É INCORRETO afirmar que o autor

- (A) aborda o tema da dificuldade do artista em iniciar uma obra.
- (B) expõe a admiração que sente pela produção artística de van Gogh.
- (C) destaca a relevância da tela "Noite Estrelada" na trajetória artística de van Gogh.
- (D) assinala que o artista prescinde de técnica para dar vazão à criatividade.
- (E) narra, em certos momentos, o processo de criação do pintor como se o tivesse presenciado de fato.

2. ... mais bela e mais feérica que a real. (4º parágrafo)

Mantendo-se a correção e a lógica, o termo grifado acima pode ser substituído por:

- (A) ofuscante.
- (B) manifesta.
- (C) humilde.
- (D) controversa.
- (E) transparente.

3. Fazendo-se as alterações necessárias, o termo grifado foi corretamente substituído por um pronome em:

- (A) *decidido a inventar uma noite* = decidido a inventá-la
- (B) *expressar [...] seu fascínio pelo céu estrelado* = expressar-lhe
- (C) *tem diante de si a tela em branco* = tem-a diante de si
- (D) *Imagino o momento* = Imagino-lhe
- (E) *definiu uma paisagem noturna* = definiu-na

4. ... ou se porque preferia guardá-lo...

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está também grifado em:

- (A) ... se dispôs a pintar uma noite estrelada...
- (B) ... em que fixava a beleza do céu noturno...
- (C) ...se assistíssemos ao nascer do Universo.
- (D) ... acordara, naquele dia...
- (E) ... mas deveria existir...

5. E assim, num impulso, lança a primeira pincelada...

Transpondo-se a frase acima para a voz **passiva**, a forma verbal resultante será:

- (A) foi lançada.
- (B) é lançada.
- (C) fora lançada.
- (D) lançaram-se.
- (E) era lançada.

6. E assim, num impulso, lança a primeira pincelada que, embora imprevista...

Mantendo-se a correção e a lógica, sem que nenhuma outra alteração seja feita na frase, o elemento grifado acima pode ser substituído por:

- (A) contudo.
- (B) entretanto.
- (C) apesar de.
- (D) porém.
- (E) enquanto que.

7. Substituindo-se o segmento grifado pelo que está entre parênteses, o verbo que deverá flexionar-se em uma forma do **plural** está em:

- (A) ... o momento em que se dispôs a pintá-la... (os momentos)
- (B) ... sobre a qual uma avassaladora tormenta cósmica se estende... (avassaladoras tormentas cósmicas)
- (C) ... uma dessas telas mostra a entrada de um café com mesas na calçada... (cafés com mesas na calçada)
- (D) ... a sucessão de pinceladas, de linhas e cores, aos poucos definiu uma paisagem noturna... (as paisagens noturnas)
- (E) ... tem diante de si a tela em branco... (telas em branco)



Atenção: As questões de números 8 a 15 referem-se ao texto abaixo.

A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa. Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas. O restabelecimento dessas linhas, contornando o obstáculo otomano, constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus na segunda metade desse século.

A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente. De início pareceu ser episódio secundário. E na verdade o foi para os portugueses durante todo um meio século. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos, que são também os mais fáceis de colher. O ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica. A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa e suscita um enorme interesse por novas terras. Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias. A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos. A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidadela. Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes.

O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias.

(Fragmento adaptado de Celso Furtado. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. S.Paulo: Cia. das Letras, 2007. p. 25)

8. O fato de a descoberta da América ter parecido, num primeiro momento, um *epísódio secundário* explica-se, segundo o autor,

- (A) por conta das disputas entre Portugal e Espanha, de um lado, e os demais países europeus, de outro, pela descoberta de novas terras no oriente.
- (B) em função dos embates políticos entre os países europeus, mais preocupados em estabelecer posições de força na própria Europa do que com as novas terras.
- (C) por estar inserida no contexto maior da expansão do comércio europeu e, particularmente, das relações comerciais da Europa com o oriente.
- (D) porque inicialmente coube apenas aos espanhóis o estabelecimento de relações comerciais intensas com os povos americanos, ricos em ouro.
- (E) pela maior preocupação que tinham os europeus com as invasões turcas, que ameaçavam a própria independência de países como Portugal e Espanha.

9. O segmento do texto corretamente expresso em outras palavras está em:

- (A) *provocados por pressão demográfica* = demandados por movimentos civis e democráticos
- (B) *numa imensa cidadela* = num município gigantesco
- (C) *legenda de riquezas inapreciáveis* = descrição de tesouros inacessíveis
- (D) *a razão de ser da América* = o maior motivo americano
- (E) *um episódio dessa obra ingente* = um evento desse trabalho grandioso

10. Atente para as afirmações abaixo sobre a construção do texto.

- I. *Não se trata de deslocamentos de população provocados por pressão demográfica ou de grandes movimentos de povos determinados pela ruptura de um sistema cujo equilíbrio se mantivesse pela força.* (1º parágrafo)

Com essa frase, o autor procura reforçar o argumento inicial sobre o caráter comercial da ocupação das terras americanas e, ao mesmo tempo, diferenciá-la de ocupações determinadas por outras razões.

- II. *A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.* (2º parágrafo)

Essa frase introduz um novo tópico, a ser desenvolvido ao longo do parágrafo, com a qual o autor procura relativizar algumas das afirmações feitas no primeiro.

- III. *O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias.* (3º parágrafo)

A frase final contrapõe-se à afirmação inicial do texto, de modo a separar claramente os fatores que levaram à ocupação das terras brasileiras daqueles que resultaram na ocupação da América espanhola.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.



11. Aos espanhóis revertem em sua totalidade os primeiros frutos...

O verbo grifado acima tem o mesmo tipo de complemento que o verbo empregado em:

- (A) A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente.
- (B) ... e suscita um enorme interesse por novas terras.
- (C) O restabelecimento dessas linhas [...] constitui sem dúvida alguma a maior realização dos europeus...
- (D) Não se trata de deslocamentos de população...
- (E) Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias.

12. ... intervêm nele importantes fatores políticos.

O segmento em destaque exerce na frase acima a mesma função sintática que o elemento grifado exerce em:

- (A) A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial...
- (B) A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa.
- (C) A legenda de riquezas inapreciáveis por descobrir corre a Europa...
- (D) O comércio interno europeu [...] havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV...
- (E) Outros países tentarão estabelecer-se em posições fortes.

13. A afirmação INCORRETA sobre a pontuação empregada em um segmento do segundo parágrafo do texto é:

- (A) Em *A descoberta das terras americanas é, basicamente, um episódio dessa obra ingente*, a retirada simultânea das vírgulas manteria, em linhas gerais, o sentido da frase.
- (B) Em *De início pareceu ser episódio secundário*, uma vírgula poderia ser colocada imediatamente depois do termo *início*, sem prejuízo para a correção e a lógica.
- (C) Em *A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidade*, os travessões poderiam ser substituídos por vírgulas, sem prejuízo para a correção e a lógica.
- (D) Em *Esse interesse contrapõe Espanha e Portugal, "donos" dessas terras, às demais nações europeias*, o emprego das aspas denota a atribuição de um sentido particular ao termo destacado.
- (E) Em *A partir desse momento a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos*, os dois-pontos indicam uma quebra da sequência das ideias.

14. A Espanha – a quem coubera um tesouro como até então não se conhecera no mundo – tratará de transformar os seus domínios numa imensa cidade.

A correção da frase acima será mantida caso, sem qualquer outra alteração, os elementos sublinhados sejam substituídos, respectivamente, por:

- (A) buscará - alterar
- (B) fará - conformar
- (C) insistirá - modificar
- (D) cuidará - converter
- (E) não deixará - fazer

15. O comércio interno europeu, em intenso crescimento a partir do século XI, havia alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, quando as invasões turcas começaram a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.

Uma nova redação para a frase acima que mantém a correção e, em linhas gerais, o sentido original é:

- (A) Tendo alcançado um elevado grau de desenvolvimento no século XV, o comércio interno europeu, que estava em intenso crescimento mesmo a partir do século XI, já começando as invasões turcas a criarem dificuldades crescentes aos produtos de alta qualidade, inclusive manufatura, em suas linhas orientais de abastecimento.
- (B) A partir do século XI, o comércio interno europeu, em intenso crescimento, alcançou um elevado grau de desenvolvimento quando, no século XV, haviam dificuldades crescentes, que começaram a serem criadas pelas invasões turcas, com as linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas.
- (C) No século XV, no momento em que dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive manufaturas, começaram a ser criadas pelas invasões turcas, já havia alcançado o comércio europeu, em intenso crescimento desde o século XI, um elevado grau de desenvolvimento.
- (D) Quando no século XV começou-se a criar dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, mesmo manufaturas, com as invasões turcas, à medida em que havia alcançado o comércio europeu, em intenso crescimento desde o século XI, um elevado grau de desenvolvimento.
- (E) Ao começar as invasões turcas, no século XV, criando dificuldades crescentes às linhas orientais de abastecimento de produtos de alta qualidade, inclusive as manufaturas, o comércio interno europeu, em cujo intenso crescimento já havia alcançado um alto grau de desenvolvimento, desde o século XI.



Legislação Aplicada ao Ministério Público do Estado do Amapá

16. De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994 e alterações posteriores), no que concerne à autonomia funcional, é INCORRETO afirmar que cabe ao Ministério Público do Estado do Amapá

- (A) propor ao Poder Legislativo a criação dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos respectivos vencimentos.
- (B) praticar atos de gestão, bem como praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios.
- (C) elaborar sua folha de pagamento e expedir os competentes demonstrativos, bem como adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização.
- (D) elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e encaminhá-la ao Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, o qual, após os ajustes e apreciações que entender cabíveis, a enviará ao Governador do Estado.
- (E) prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado.

17. De acordo com a Lei Complementar nº 0047/2008, que dispõe sobre a Estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Amapá, a Seção de Consignação, a Divisão de Engenharia e Arquitetura e o Departamento de Finanças e Contabilidade pertencem, respectivamente,

- (A) ao Departamento de Apoio Administrativo, ao Departamento de Recursos Humanos e à Diretoria Geral.
- (B) à Diretoria Geral, ao Departamento de Apoio Administrativo e ao Departamento de Recursos Humanos.
- (C) ao Departamento de Recursos Humanos, ao Departamento de Apoio Administrativo e à Diretoria Geral.
- (D) à Diretoria Geral, ao Departamento de Recursos Humanos e ao Departamento de Apoio Administrativo.
- (E) ao Departamento de Apoio Administrativo, à Diretoria Geral e ao Departamento de Recursos Humanos.

18. De acordo com a Lei Complementar nº 0046/2008, que dispõe sobre o plano de carreira, cargos e remuneração dos servidores efetivos, bem como dos cargos comissionados do Ministério Público do Estado do Amapá, será exercido privativamente por Bacharel em Direito nomeado dentre os integrantes do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Amapá o cargo em comissão de

- (A) Diretor do Departamento de Finanças e Contabilidade.
- (B) Diretor-Geral.
- (C) Diretor de Assessoria de Controle Interno.
- (D) Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.
- (E) Diretor da Assessoria de Procedimentos Cíveis e Criminais de 1º e 2º graus.

19. De acordo com a Lei nº 0066/1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Amapá, a Administração Pública poderá deferir, quando do interesse público, a seu juízo, conversão de 1/3 (um terço) de férias em abono pecuniário, se requerido pelo servidor,

- (A) a qualquer tempo, desde que de forma fundamentada.
- (B) no período mínimo de 60 dias de antecedência do início do gozo.
- (C) no período mínimo de 30 dias de antecedência do início do gozo.
- (D) no período mínimo de 45 dias de antecedência do início do gozo.
- (E) a qualquer tempo, desde que faça o requerimento diretamente para a Corregedoria Geral.

20. No que concerne às Procuradorias de Justiça, considere:

- I. É obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria.
- II. Os Procuradores de Justiça não têm atribuição para exercer inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, por tratar-se de atribuição privativa da Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- III. Os Procuradores de Justiça das procuradorias de Justiça cíveis e criminais que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se-ão para fixar orientação jurídica, com caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.
- IV. À Procuradoria de Justiça compete, dentre outras atribuições, escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria.

De acordo com a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Amapá (Lei Complementar nº 0009/1994 e alterações posteriores), está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Leonardo, ex-servidor público civil da União, foi demitido do serviço público após a conclusão do respectivo processo administrativo disciplinar. Após a demissão, Leonardo veio a falecer. No entanto, a viúva de Leonardo tem a posse de um documento novo, que comprova a inocência do punido. Nesse caso,
- (A) apenas será possível o requerimento de revisão do processo disciplinar, se a viúva de Leonardo assim o fizer, dentro do prazo máximo de um ano contado da ciência do documento.
- (B) apenas será possível o requerimento de revisão do processo disciplinar, se a viúva de Leonardo assim o fizer, dentro do prazo máximo de seis meses contados da ciência do documento.
- (C) não será possível a revisão do processo disciplinar, em razão do falecimento de Leonardo.
- (D) será possível o requerimento de revisão do processo disciplinar apenas se for requerido por ascendente ou descendente do falecido e não por sua viúva.
- (E) a viúva de Leonardo poderá requerer, a qualquer tempo, a revisão do processo disciplinar, a fim de demonstrar a inocência dele.
22. O atraso injustificado na execução do contrato administrativo sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Aludida multa
- (A) não impede que a Administração Pública rescinda unilateralmente o contrato, todavia, impede a aplicação de outras sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993.
- (B) impede que a Administração Pública rescinda unilateralmente o contrato, bem como inviabiliza a incidência de outras sanções administrativas.
- (C) não impede que a Administração Pública rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/1993.
- (D) impede que a Administração Pública rescinda unilateralmente o contrato, todavia será possível a aplicação de outras sanções previstas na Lei nº 8666/1993.
- (E) acarreta a rescisão do contrato administrativo e é sempre cumulada com a sanção de advertência.
23. A Administração Pública do Estado do Amapá, ao realizar determinado pregão, exigiu dos licitantes o pagamento de emolumentos referentes ao fornecimento do edital. Além disso, também exigiu garantia das propostas.
- Nos termos da Lei nº 10.520/2002, quanto às duas exigências narradas, é correto afirmar que
- (A) apenas é possível a primeira, podendo os emolumentos serem superiores ao custo da reprodução gráfica do edital.
- (B) ambas são vedadas pela Lei nº 10.520/2002.
- (C) apenas é possível a segunda, relacionada à garantia das propostas.
- (D) apenas é possível a primeira, desde que os emolumentos não sejam superiores ao custo da reprodução gráfica do edital.
- (E) ambas são possíveis, sendo que, no primeiro caso, os emolumentos podem ser superiores ao custo da reprodução gráfica do edital.
24. O Ministério Público do Estado do Amapá, no curso de determinada ação de improbidade administrativa, celebra acordo com um dos requeridos nos seguintes termos: o requerido se compromete em delatar o esquema de corrupção ocorrido (e do qual participava), bem como os nomes de demais envolvidos; o Ministério Público, em contrapartida, firma o compromisso de pleitear a exclusão do delator do polo passivo da mencionada demanda.
- O acordo narrado
- (A) não é válido, pois somente o seria se celebrado pelo Procurador-Geral de Justiça e não pelo Promotor que ajuizou a ação, como ocorreu na hipótese narrada.
- (B) é válido tal como celebrado, vez que objetiva angariar elementos de prova a fim de combater a corrupção.
- (C) é válido, todavia o Ministério Público não poderá pleitear a exclusão do delator do polo passivo da ação de improbidade administrativa.
- (D) não é válido, uma vez que só é cabível nas ações de improbidade se for destinado a reduzir as penas impostas ao agente ímprobo.
- (E) não é válido, pois é vedada a sua realização nas ações de improbidade administrativa.
25. Tina, interessada em determinado processo administrativo, requereu, por escrito, a desistência total do pedido formulado no mesmo. Tendo em vista a existência de vários interessados no mencionado processo, e nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) a desistência de Tina atingirá todos os interessados.
- (B) não é cabível a desistência total, mas sim a parcial.
- (C) a desistência de Tina não prejudicará o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.
- (D) não é cabível a desistência, total ou parcial, do pedido formulado por Tina.
- (E) a desistência do pedido de Tina não é possível neste caso pois, para ser válida, deve ser formulada por todos os interessados.
26. João, servidor público civil efetivo do Estado do Amapá, terá que se deslocar de sua sede para o exercício do serviço público, porém, o deslocamento não exigirá pernoite fora da sede. Ressalte-se que, na hipótese narrada, o deslocamento não constitui exigência permanente do cargo.
- Nos termos da Lei Estadual nº 0066/1993, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Amapá, a diária
- (A) será devida pelo valor de 1/3.
- (B) será devida pela metade.
- (C) não será devida.
- (D) será devida integralmente.
- (E) será devida pelo valor de 1/4.



Direito Constitucional

27. Considerando que Rubens é governador do Estado do Amapá, Mario é Presidente da República e Caio é Presidente do Supremo Tribunal Federal, segundo a Constituição Federal brasileira, o Ministério Público do Estado do Amapá formará lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral de Justiça, que será nomeado por

- (A) Caio, para mandato de quatro anos, vedada a recondução.
- (B) Rubens, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
- (C) Mario, para mandato de quatro anos, vedada a recondução.
- (D) Rubens, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- (E) Caio, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

28. Considere:

- I. Três membros do Ministério Público dos Estados, indicados pelos respectivos Ministérios Públicos.
- II. Três juízes, indicados dois pelo Supremo Tribunal Federal e um pelo Superior Tribunal de Justiça.
- III. Dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- IV. Dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

O Conselho Nacional do Ministério Público será composto, dentre outros, pelos membros indicados APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

29. Considere as situações hipotéticas abaixo.

- I. Bruno é irmão adotivo do Governador do Estado do Amapá.
- II. Débora é sobrinha do Presidente da República.
- III. Fabiana é cunhada do Prefeito da cidade de Macapá.
- IV. Simone é prima do Presidente da República.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, são, em regra, inelegíveis no território de jurisdição do titular APENAS

- (A) Bruno e Simone.
- (B) Bruno, Fabiana e Débora.
- (C) Fabiana e Débora.
- (D) Débora, Fabiana e Simone.
- (E) Bruno e Fabiana.

30. Participam do Conselho da República seis cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade. Com relação à nomeação destes seis cidadãos, serão eleitos pelo Senado Federal

- (A) apenas dois.
- (B) apenas três.
- (C) apenas quatro.
- (D) todos.
- (E) apenas um.

31. Alberto, João, Plínio e Rodrigo, dentre outros, são membros do Conselho Nacional de Justiça. Esses membros, com exceção de Rodrigo que é Presidente do Supremo Tribunal Federal, foram nomeados membros do referido Conselho pelo Presidente da República depois de aprovada a escolha

- (A) pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (B) pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
- (C) por um terço do Senado Federal.
- (D) por um terço do Congresso Nacional.
- (E) por dois terços da Câmara dos Deputados.

Direito Civil

32. Ana Carolina e José Augusto casaram-se no dia 30 de Junho de 2012 na Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro uma vez que são católicos e pretendiam trocar seus votos de união e fidelidade perante Autoridade Religiosa. No dia 04 de Julho de 2012, eles registraram o respectivo casamento religioso no registro próprio objetivando a sua equiparação ao casamento civil. De acordo com o Código Civil brasileiro, neste caso, o respectivo casamento religioso produzirá efeitos a partir

- (A) da data do registro.
- (B) da data de sua celebração.
- (C) do dia seguinte ao registro do referido casamento.
- (D) do dia seguinte da data de sua celebração.
- (E) do primeiro dia útil posterior a data do registro.

33. Marta e Gabriel, casados e pais de Vicente, faleceram em um acidente aéreo. Gabriel, em testamento, nomeou seu amigo de infância, o gerente bancário e proprietário de diversos imóveis, Fabian, como tutor de Vicente mesmo possuindo dois irmãos e uma tia, pessoas idôneas e em situação financeira favorável. Neste caso, considerando que Marta era órfã e filha única, em regra, Fabian

- (A) não poderá recusar a tutela, uma vez que a tutela lhe foi conferida em testamento antes do falecimento de Gabriel.
- (B) poderá recusar a tutela, mas deverá apresentar a escusa nos quinze dias subsequentes à designação.
- (C) não poderá recusar a tutela, uma vez que possui emprego fixo e situação financeira estável.
- (D) poderá recusar a tutela, mas deverá apresentar a escusa nos dez dias subsequentes à designação.
- (E) só poderá recusar a tutela, se apresentar escusa razoável nos quinze dias subsequentes à designação e indicar um familiar do genitor como legítimo tutor.



34. Tomás é pródigo tendo sido regularmente interditado em razão da sua incapacidade relativa de exercer certos atos da vida civil. Tomás é casado com Ana Clara, sendo filho de Sonia e de Rubens, e pai de Adalberto de 27 anos de idade e Ágata de 36 anos de idade. De acordo com o Código Civil brasileiro, será, de direito, curador de Tomás

- (A) Rubens, apenas.
- (B) Sonia ou Rubens.
- (C) Ágata, apenas.
- (D) Ágata ou Adalberto.
- (E) Ana Clara, apenas.

35. Bernadete separou-se judicialmente de Ivan. Durante o longo casamento de trinta e cinco anos, Bernadete não exerceu atividade profissional e, hoje é portadora de doença cardíaca que a impossibilita para o labor. Dessa forma, na separação do casal, ficou estipulada pensão mensal para Bernadete. Ivan está inadimplente com o pagamento da pensão alimentícia estipulada para a ex-esposa. Neste caso, as prestações alimentares de Bernadete

- (A) prescrevem em cinco anos a partir da data em que se vencerem.
- (B) prescrevem em três anos a partir da data em que se vencerem.
- (C) prescrevem em dois anos a partir da data em que se vencerem.
- (D) são imprescritíveis, sujeita apenas aos prazos decadenciais previstos no Código Civil brasileiro.
- (E) são imprescritíveis não estando, inclusive, sujeita aos prazos decadenciais previstos no Código Civil brasileiro.

36. Considere:

- I. Clotilde é possuidora de um terreno na cidade de Macapá por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, não possuindo título e nem boa-fé.
- II. Vera Lúcia é possuidora de área de terra em zona rural com cem hectares, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva pelo seu trabalho e tendo nela sua moradia, não sendo proprietária de imóvel rural ou urbano.
- III. Tatiana exerce, por três anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre um apartamento de cem metros quadrados na cidade de Mazagão que utiliza como sua moradia e cuja propriedade dividia com seu ex-cônjuge, Lindoval, que abandonou o lar, não sendo proprietária de outro imóvel urbano ou rural.

De acordo com o Código Civil brasileiro, em regra, adquirirá o domínio integral dos respectivos imóveis aquelas indicadas APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I.
- (E) III.

37. Segundo as normas preconizadas pelo Código Civil brasileiro, na compra e venda cujo objeto seja um apartamento em Macapá, o exercício do direito de preempção

- (A) deverá ser exercido no prazo mínimo de seis meses e máximo de um ano.
- (B) não possui prazo mínimo ou máximo para o seu exercício previsto no referido diploma legal, tratando-se de livre ajuste entre as partes.
- (C) não poderá exceder noventa dias.
- (D) não poderá exceder dois anos.
- (E) deverá ser exercido no prazo mínimo de trinta dias e máximo de sessenta.

Direito Processual Civil

38. Jamal pretende ajuizar duas demandas judiciais nos próximos dias. Ele possui um pequeno terreno avaliado em R\$ 17.000,00 na cidade de Oiapoque que foi invadido por dois homens que lá passaram a criar porcos. Indignado com a invasão, Jamal pretende ajuizar ação de imissão de posse. Paralelamente com este problema, Jamal pretende ajuizar ação de despejo contra Berlinda, locatária de seu apartamento na cidade de Macapá, uma vez que pretende residir com seu filho após regular separação judicial. Seu apartamento está avaliado em R\$ 90.000,00. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 9.099/95, Jamal

- (A) poderá ajuizar somente a ação de imissão de posse no Juizado Especial Cível competente.
- (B) poderá ajuizar ambas as ações nos Juizados Especiais Cíveis, competentes.
- (C) poderá ajuizar somente a ação de despejo para uso próprio no Juizado Especial Cível competente.
- (D) não poderá ajuizar nenhuma das ações nos Juizados Especiais Cíveis, uma vez que a Lei nº 9.099/95 não possui competência para as ações possessórias e ações de despejo.
- (E) não poderá ajuizar nenhuma das ações nos Juizados Especiais Cíveis, uma vez que a Lei nº 9.099/95 somente possui competência para apreciar demandas judiciais cujo valor da causa não ultrapasse vinte salários mínimos vigentes.

39. Magda ajuizou ação de ressarcimento de danos causados por acidente de veículo, uma vez que Garibaldi abalroou a parte traseira de seu carro quando este estava regularmente parado no semáforo do cruzamento da Rua X com a Rua Y. Na instrução processual, Magda pretende arrolar como testemunhas: Muriel, sua amiga íntima que estava no banco dianteiro do passageiro; Bianca, sua cunhada que se encontrava também no interior do veículo, bem como Fernanda e Fátima, pedestres que presenciaram o acidente. Considerando que Fernanda já foi condenada por crime de falso testemunho com sentença transitada em julgado e que Fátima é inimiga de Garibaldi, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, não há impedimento para depor APENAS para

- (A) Bianca e Fernanda.
- (B) Muriel e Fátima.
- (C) Bianca, Muriel e Fátima.
- (D) Fernanda.
- (E) Bianca.



40. De acordo com a Lei nº 6.830/80 – Execução Fiscal, a arrematação será precedida de edital, afixado no local de costume, na sede do juízo, e publicado em resumo, uma só vez, gratuitamente, como expediente judiciário, no órgão oficial. Neste caso, a referida lei

- (A) não prevê expressamente prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão, devendo ser respeitado o prazo de 5 dias previsto no Código de Processo Civil brasileiro.
- (B) prevê que o prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 30, nem inferior a 10 dias.
- (C) prevê que o prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 15, nem inferior a 5 dias.
- (D) não prevê expressamente prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão, devendo ser respeitado o prazo de 45 dias previsto no Código de Processo Civil brasileiro.
- (E) prevê que o prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 60 dias.

41. A sentença A condenou o réu à prestação de alimentos. A sentença B decidiu processo cautelar. E, a sentença C confirmou a antecipação dos efeitos da tutela. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro em regra, a apelação será só no efeito devolutivo, quando interposta das sentenças

- (A) B e C, apenas.
- (B) A e B, apenas.
- (C) A, B e C.
- (D) A e C, apenas.
- (E) A, apenas.

42. José Reinaldo e João Vitorino são engenheiros e peritos judiciais. No processo "X" José Reinaldo apresentou dolo- samente laudo pericial contendo informações inverídicas para prejudicar o autor. No processo "Y" João Vitorino apre- sentou culposamente, em razão de conduta negligente, laudo pericial contendo informações inverídicas o que aca- bou prejudicando o réu. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil, José Reinaldo

- (A) ficará inabilitado por três anos a funcionar em outras perícias e João Vitorino por dois anos.
- (B) ficará inabilitado por dois anos a funcionar em outras perícias e João Vitorino por quatro anos.
- (C) e João Vitorino ficarão inabilitados por cinco anos, a funcionar em outras perícias.
- (D) ficará inabilitado por cinco anos a funcionar em outras perícias e João Vitorino por três anos.
- (E) e João Vitorino ficarão inabilitados por dois anos a funcionar em outras perícias.

43. Considere as assertivas abaixo a respeito da Ação Civil Pública.

- I. Não será cabível Ação Civil Pública para veicular pretensões que envolvam contribuições previden- ciárias e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- II. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar, dentre outros, a autarquia, empre- sa pública, fundação ou sociedade de economia mista.
- III. Constitui crime, punido com pena de detenção de um a dois anos a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propo- situra da ação civil, quando requisitados pelo Minis- tério Público.
- IV. Em caso de litigância de má-fé, a associação auto- ra e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorá- rios advocatícios e ao décuplo das custas, sem pre- juízo da responsabilidade por perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

Direito Penal

44. Henrique, primário e de bons antecedentes, com 19 anos de idade praticou, no dia 10 de Janeiro de 2012, durante a madrugada, quatro roubos consumados, com emprego de arma de fogo, contra estabelecimentos comerciais do tipo Posto de Gasolina, situados em bairros diversos na cidade de Macapá. Henrique foi denunciado pelo Ministério Públi- co pelos quatro crimes cometidos naquela data e o Magis- trado impôs ao réu a pena de 05 anos e 04 meses de reclusão para cada um dos crimes cometidos. Neste caso, o Magistrado deverá reconhecer o

- (A) concurso formal e aplicar as penas cumulativa- mente, totalizando 21 anos e 4 meses de reclu- são.
- (B) concurso material e aplicar as penas dos crimes cometidos cumulativamente, totalizando 21 anos e 4 meses de reclusão.
- (C) concurso formal e aplicar a pena de um só dos cri- mes cabíveis, aumentada de um sexto até metade.
- (D) crime continuado e aplicar a pena de um só dos cri- mes, aumentada de um sexto a dois terços.
- (E) crime continuado e aplicar a pena de um só dos crimes, aumentada até o triplo.



45. José, primário, foi condenado a cumprir pena de 20 anos de reclusão pelo crime hediondo de latrocínio cometido no dia 20 de Abril de 2007. Neste caso, José deverá cumprir a pena
- (A) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 12 anos da pena cominada.
 - (B) integralmente em regime fechado.
 - (C) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 8 anos da pena cominada.
 - (D) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 6 anos e 6 meses da pena cominada.
 - (E) inicialmente em regime fechado e terá direito à progressão para o regime semi-aberto após o cumprimento de, no mínimo, 10 anos da pena cominada.
46. Sobre a extinção da punibilidade, de acordo com o Código Penal, analise as assertivas abaixo.
- I. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos no Código Penal ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.
 - II. Em regra, a prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em 2 anos, se o máximo da pena é inferior a 1 ano.
 - III. A prescrição da pena de multa ocorrerá no mesmo prazo estabelecido para prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
 - IV. A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.
- Está correto o que se afirma apenas em
- (A) I, III e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e IV.
47. Miguel cometeu crime de difamação contra Vitor e está respondendo uma ação penal privada movida pelo ofendido (querelante), que tramita perante uma das varas criminais da comarca de Macapá. Miguel, o querelado, poderá se retratar cabalmente e, neste caso,
- (A) ficará isento da pena se a retratação ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença e contar com a anuência expressa do querelante.
 - (B) terá a pena reduzida de um a dois terços se a retratação ocorrer antes da sentença.
 - (C) ficará isento de pena se a retratação ocorrer antes do trânsito em julgado da sentença.
 - (D) ficará isento de pena se a retratação ocorrer antes da sentença.
 - (E) terá a pena reduzida de um a dois terços se a retratação ocorrer antes da sentença e contar com a anuência expressa do querelante.

48. Sobre a Lei nº 8.137/90 analise as assertivas abaixo.
- I. Constitui crime contra as relações de consumo formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas.
 - II. Nos crimes previstos nesta Lei, cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que através de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delitosa terá a sua pena reduzida de um a dois terços.
 - III. Constitui crime contra as relações de consumo misturar gêneros e mercadorias de espécies diferentes, para vendê-los ou expô-los à venda como puros, não se punindo, neste caso, a modalidade culposa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.
49. Manoel cometeu cinco crimes de homicídio em uma pequena cidade do Estado do Amapá e passou a ser procurado pela Justiça Pública, ainda na fase investigatória, após ter a sua prisão temporária decretada. Para que não seja capturado pela polícia, Manoel contratou seu amigo João, renomado cirurgião plástico, que realizou em Manoel uma operação plástica, alterando completamente o rosto do criminoso. Neste caso, João, ciente do intuito de Manoel, cometeu crime de
- (A) inutilização de sinal.
 - (B) favorecimento pessoal.
 - (C) tergiversação.
 - (D) fraude processual.
 - (E) favorecimento real.

Direito Processual Penal

50. Sobre a competência, de acordo com o Código de Processo Penal, analise as hipóteses abaixo.
- I. Paulo responde processo por crime de homicídio na comarca de Macapá. Iran é arrolado como testemunha de defesa e ouvido na comarca de Oiapoque, por intermédio de carta precatória. Praticado falso testemunho pela testemunha Iran o juízo competente para processar e julgar este delito é o juízo deprecado, da comarca de Oiapoque.
 - II. No caso de crime de estelionato cometido por meio de saque em conta bancária, mediante uso de senha e de cartão magnético, a competência para processar e julgar é do local onde a conta corrente é mantida e não do local onde o dinheiro foi retirado.
 - III. Fabio comete 10 crimes de furto contra residências diversas, na mesma noite e em três cidades e comarcas vizinhas, em continuidade delitiva, com o mesmo *modus operandi*. Neste caso, os juízes das três comarcas são competentes para apuração da infração penal, firmando-se a competência pela prevenção.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II.



51. No que concerne à prisão, nos termos preconizados pelo Código de Processo Penal, é certo que.
- (A) o Juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 10 anos de idade, sem deficiência.
 - (B) a falta de testemunhas da infração não impedirá o auto de prisão em flagrante, mas nesse caso, com o condutor, deverá assiná-lo pelo menos uma pessoa que haja testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
 - (C) quando o acusado se recusar a assinar o Auto de Prisão em Flagrante, a Autoridade Policial deverá certificar o ocorrido e a sua assinatura goza de fé pública e confere legitimidade ao ato.
 - (D) a prisão preventiva é admitida no caso de crime envolvendo violência doméstica e familiar contra idoso, para assegurar a execução das medidas protetivas de urgência, desde que punido com reclusão.
 - (E) a Defensoria Pública deverá receber cópia integral do Auto de Prisão em Flagrante dentro de 24 horas depois da prisão, se o autuado não declinar o nome de seu advogado.
-
52. Ricardo, funcionário público, responde a processo criminal em liberdade, acusado de praticar crime de prevaricação. No curso do processo, após instauração de incidente de sanidade mental, os peritos concluem pela semi-imputabilidade do agente. Neste caso, o juiz
- (A) não poderá determinar a internação provisória do acusado, porque o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça.
 - (B) poderá determinar a internação provisória do acusado, havendo risco de reiteração da conduta.
 - (C) não poderá determinar a internação provisória do acusado, porque o laudo concluiu que ele é semi-imputável, sendo necessário aguardar o desfecho da ação penal para eventual internação.
 - (D) poderá determinar a internação provisória do acusado, pelo prazo máximo de sessenta dias, havendo risco de reiteração da conduta.
 - (E) não poderá determinar a internação provisória do acusado, porque a pena mínima cominada ao crime não é igual ou superior a quatro anos.
-
53. Lorena e Fábيا são colegas e estudam na mesma Universidade. No dia 02 de Maio do corrente ano, durante um intervalo, Lorena, inconformada com o término do seu relacionamento amoroso com João e com o início de namoro deste com Fábيا, resolve agredir Fábيا com socos e pontapés, causando-lhe lesões corporais de natureza leve. A ofendida comparece à Delegacia de Polícia onde é formalizado um Termo Circunstanciado, encaminhado imediatamente ao Juizado Especial Criminal. Lorena é primária, foi beneficiada com a transação penal no dia 1º de Abril de 2007, após cometer uma contravenção penal de vias de fato. Recebidos os autos é designada audiência preliminar. Neste caso, é correto afirmar:
- (A) Não comparecendo a vítima Fábيا ao ato processual designado, inviabilizando a composição civil, o Magistrado deverá ordenar a sua condução coercitiva, redesignando a audiência designada.
 - (B) Infrutífera a composição civil e aceita a transação penal por Lorena, a sentença homologatória da transação penal terá efeitos civis, configurando título executivo para ser utilizado na esfera cível por Fábيا.
 - (C) Infrutífera a composição civil e aceita a transação penal formulada pelo Ministério Público pela autora da infração Lorena, da sentença homologatória da transação, que aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, não caberá recurso.
 - (D) A composição dos danos civis entre as partes (Lorena e Fábيا) será reduzida a termo e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, que terá eficácia de título a ser executado no juízo cível competente.
 - (E) Infrutífera a composição civil, Lorena não faz jus à transação penal, motivo pelo qual, presentes os requisitos legais, o Ministério Público deverá oferecer imediatamente denúncia oral em audiência contra a autora do fato Lorena.
-
54. Renato ajuizou ação penal privada contra Renê, imputando-lhe crimes de difamação e injúria. Recebida a queixa e designada audiência de instrução, Renato vem a óbito após um acidente de trânsito fatal em rodovia. Com o óbito do querelante,
- (A) caberá ao Ministério Público prosseguir na ação penal, assumindo a posição do querelante.
 - (B) o direito de prosseguir na ação penal passará ao descendente, cônjuge, ascendente, irmão, nessa ordem.
 - (C) o direito de prosseguir na ação penal passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, nesta ordem.
 - (D) a ação penal privada será arquivada diante do caráter personalíssimo desta, com a extinção da punibilidade do agente.
 - (E) o direito de prosseguir na ação penal passará, exclusivamente, aos descendentes ou ascendentes do ofendido.
-
55. Plínio é denunciado pelo Ministério Público como incurso no artigo 121, do Código Penal (homicídio). Expedido mandado para citação pessoal, o Oficial de Justiça verifica que o réu Plínio se oculta para não ser citado, certificando nos autos. Neste caso,
- (A) o réu deverá ser citado por hora certa, de acordo com as normas preconizadas pelo Código de Processo Civil.
 - (B) a citação do réu deverá ser feita via correio com aviso de recebimento.
 - (C) o réu deverá ser citado por edital.
 - (D) a citação do réu deverá ser feita na pessoa de um vizinho, familiar ou funcionário da empresa ou edifício onde reside.
 - (E) o Oficial de Justiça deverá solicitar ao juiz a Força Policial para que o mandado citatório seja cumprido, com o uso da força necessária e moderada.

**Direito Ambiental**

56. Se, em observância a determinadas atividades nocivas que estivessem ocorrendo ao meio ambiente em Macapá, este município desejasse criar, através de lei, guardas municipais destinadas à fiscalização de tais atividades, a criação dessas guardas, de acordo com a Constituição do Estado do Amapá,
- (A) não seria legítima, pois a competência para legislar sobre a proteção ambiental é somente da União e do Estados.
 - (B) não seria legítima, pois é de competência exclusiva da União legislar sobre a proteção ambiental.
 - (C) seria legítima, desde que houvesse intervenção do Estado decretada de ofício pelo Presidente da República.
 - (D) seria legítima, respeitadas as competências estadual e federal.
 - (E) não seria legítima, pois guardas municipais apenas podem ser criadas por meio de normas constitucionais estadual ou federal.
57. Vítor, empreiteiro autônomo, ao realizar a reforma de um galpão causa grande lesão ao meio ambiente. Diante dessa lesão, de acordo com a Constituição Federal brasileira, Vítor
- (A) estará sujeito a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
 - (B) não estará sujeito a sanções penais e administrativas, pois estas cabem somente a pessoas jurídicas quando a infração seja cometida por decisão de seu representante legal.
 - (C) estará sujeito a sanções penais e administrativas somente se for condenado a reparar os danos causados na esfera cível.
 - (D) estará sujeito apenas a obrigação de reparar os danos causados na esfera cível, não cabendo sanções penais ou administrativas.
 - (E) não estará sujeito a sanções penais e administrativas, tampouco à reparação dos danos causados, tendo em vista não ter praticado ato ilícito, já que não agiu com dolo.
58. José é proprietário de uma fazenda em Porto Grande, interior do Amapá. Ocorre que, além de não produzir em seu latifúndio, José ainda utiliza de forma inadequada os recursos naturais disponíveis na terra. Diante do exposto, de acordo com a Constituição Federal brasileira, para fins de reforma agrária a fazenda
- (A) poderá ser desapropriada somente se comprovado que José seja proprietário de outro imóvel.
 - (B) não poderá ser desapropriada, pois se trata de propriedade de grande extensão territorial.
 - (C) poderá ser desapropriada, pois não cumpre sua função social.
 - (D) não poderá ser desapropriada, pois possui recursos naturais disponíveis, mesmo que estes estejam sendo utilizados de forma inadequada.
 - (E) não poderá ser desapropriada, pois não realiza atividade agrícola predatória, causadora de danos ao meio ambiente.
59. A Construtora RS possui como projeto a construção de um estabelecimento que, para o seu funcionamento, precisará utilizar recursos ambientais capazes de causar degradação ambiental. Dessa forma, de acordo com a Lei nº 6.938/81, referida construção
- (A) não dependerá de prévio licenciamento ambiental, pois este somente é necessário se a atividade for potencialmente poluidora.
 - (B) dependerá de prévio licenciamento ambiental, já que utilizará recursos ambientais capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.
 - (C) não dependerá de prévio licenciamento ambiental, pois trata-se de construção e o licenciamento ambiental somente é necessário quando há a ampliação de estabelecimentos que causar degradação ambiental.
 - (D) dependerá de prévio licenciamento ambiental apenas se a atividade for efetivamente poluidora.
 - (E) dependerá de prévio licenciamento ambiental apenas se o proprietário limitar o uso de toda a sua propriedade para preservar os recursos ambientais.
60. De acordo com a Lei nº 6.938/81, o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA possui o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA em sua estrutura como órgão
- (A) superior, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
 - (B) consultivo e deliberativo, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.
 - (C) central, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais.
 - (D) executor, com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.
 - (E) seccional, com a responsabilidade de divulgar anualmente o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente, bem como de administrar o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, além do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais.